Informações e descrição do sistema de proteção de crianças na Ucrânia no que diz respeito aos cuidados e ao acolhimento de crianças órfãs e crianças privadas de cuidados parentais

Os pais (pais adotivos) são os representantes legais dos seus filhos menores (primeira parte do artigo 242.º do Código Civil da Ucrânia). Os pais têm o direito de incluir outras pessoas na educação da criança, e de confiar a sua educação a pessoas singulares e coletivas (segunda parte do artigo 151.º do Código da Família da Ucrânia).

O titular da guarda é o representante legal dos menores e das pessoas declaradas incapazes. O representante legal pode ser outra pessoa nos casos previstos na lei (segunda e terceira partes do artigo 242.º do Código Civil da Ucrânia).

Até ao estabelecimento da guarda ou da prestação de cuidados e à nomeação do titular da guarda ou do cuidador, a guarda ou os cuidados são assegurados pela autoridade responsável pela tutela (artigo 65.º do Código Civil da Ucrânia).

Se uma criança residir permanentemente num estabelecimento de saúde, num estabelecimento educativo ou noutro estabelecimento de acolhimento de crianças, as funções de titular da guarda e de cuidador em relação a ela são confiadas à administração desses estabelecimentos (primeira parte do artigo 245.º do Código da Família da Ucrânia).

Os pais de acolhimento são os representantes legais das crianças acolhidas e atuam como titulares da guarda ou cuidadores sem poderes especiais (quarta parte do artigo 256.º-2 do Código da Família da Ucrânia).

Os pais educadores são os representantes legais das crianças e atuam como titulares da guarda ou cuidadores sem poderes especiais (quarta parte do artigo 256.º-6 do Código da Família da Ucrânia).

A lei da Ucrânia «relativa à proteção da infância» estabelece que as autoridades executivas locais e as autoridades autónomas locais que atuem como autoridades responsáveis pela tutela no âmbito das suas competências ao abrigo da legislação ucraniana em vigor devem assegurar a adoção de medidas relativas à proteção da infância.

As especificidades da proteção dos direitos das crianças de diferentes categorias são igualmente estabelecidas pelo Código da Família da Ucrânia, pela lei da Ucrânia «relativa à salvaguarda das condições organizacionais e jurídicas para a proteção social dos órfãos e das crianças privadas de cuidados parentais», pela lei «relativa às autoridades e aos serviços responsáveis pelas questões de infância e instituições específicas para as crianças» e por outros atos legislativos da Ucrânia.

Nos termos do artigo 56.º do Código Civil da Ucrânia, as autoridades ucranianas responsáveis pela tutela são: as administrações públicas dos distritos, dos distritos das cidades de Kiev e Sebastopol, bem como os órgãos executivos dos conselhos municipais, distritais e rurais.

As missões das autoridades responsáveis pela tutela são definidas pormenorizadamente pelo Despacho relativo à realização de atividades relacionadas com a proteção dos direitos da criança por parte das autoridades responsáveis pela tutela, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros da Ucrânia n.º 866, de 24.9.2008 (a seguir designado por «despacho»).

A lei da Ucrânia «relativa à salvaguarda das condições organizacionais e jurídicas para a proteção social dos órfãos e das crianças privadas de cuidados parentais», a lei «relativa às autoridades e aos serviços responsáveis pelas questões de infância e instituições específicas para as crianças» e o despacho confiam a análise das questões relacionadas com a proteção social das crianças, em especial crianças órfãs e crianças privadas de cuidados parentais ou

crianças que vivem em condições difíceis, aos serviços responsáveis pelas questões de infância, enquanto unidade estrutural de uma autoridade responsáveis pela tutela.

As autoridades responsáveis pela tutela estão autorizadas a:

- identificar crianças que vivem em condições difíceis, incluindo crianças em perigo, crianças vítimas de violência doméstica ou que tenham cometido qualquer tipo de violência doméstica, bem como crianças privadas de cuidados parentais, a fim de organizar a sua proteção social, incluindo a manutenção de registos, assim como assegurar o seu acolhimento temporário, se necessário,
- retirar imediatamente a criança dos pais em caso de perigo para a vida e a saúde da criança,
- preparar e apresentar ao tribunal pedidos para privar a mãe ou o pai dos direitos parentais ou retirar a criança dos pais sem privação dos direitos parentais,
- dirigir-se aos organismos de registo civil a fim de registar o nascimento de uma criança cujos pais sejam desconhecidos,
- conceder a uma criança o estatuto de criança órfã ou criança privada de cuidados parentais,
- colocar as crianças órfãs e as crianças privadas de cuidados parentais em diferentes formas de acolhimento, dando prioridade à forma de acolhimento em família,
- resolver conflitos entre os pais no que diz respeito à educação da criança,
- controlar a utilização prevista das pensões de alimentos destinadas à criança,
- preencher documentos administrativos em caso de incumprimento das obrigações relativas à educação da criança pelos pais ou pelas pessoas que os substituem,
- proteger os direitos de alojamento e de propriedade das crianças,
- conceder a uma criança o estatuto de criança vítima de atividades de guerra e de conflitos militares,
- facilitar o regresso das crianças cidadãs ucranianas que tenham partido sem representante legal no estrangeiro e necessitem de regressar à Ucrânia,
- prestar assistência organizacional e metodológica às instituições de acolhimento de crianças, aos centros de reabilitação sociopsicológica das crianças, aos centros de apoio social às crianças e às famílias,
- assegurar a representação dos interesses das crianças perante os tribunais, etc.

Formas de acolhimento de tipo familiar das crianças órfãs e crianças privadas de cuidados parentais

A salvaguarda da educação de órfãos e crianças privadas de cuidados parentais sob a forma de acolhimento de tipo familiar é regulamentada pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, pelo Código da Família, pelo Código Civil e pelo Código de Processo Civil da Ucrânia, pela lei «relativa à proteção da infância», pela lei «relativa às autoridades e serviços responsáveis pelas questões de infância e instituições específicas para as crianças», pela lei «relativa à salvaguarda das condições organizacionais e jurídicas para a proteção social dos órfãos e das crianças privadas de cuidados parentais», bem como pelas Resoluções do Conselho de Ministros da Ucrânia n.º 866, de 24.9.2008, «relativa às questões das autoridades responsáveis pela tutela relacionadas com a proteção dos direitos da criança», n.º 564, de 26.4.2002, «que aprova o Estatuto do Orfanato de Tipo Familiar», e n.º 565, de 26.4.2002, «que aprova o Estatuto da Família de Acolhimento».

Nos termos do artigo 52.º da Constituição da Ucrânia, a subsistência e a educação de crianças órfãs e de crianças privadas de cuidados parentais são confiadas ao Estado.

O artigo 6.º da lei da Ucrânia «relativa à salvaguarda das condições organizacionais e jurídicas para a proteção social dos órfãos e das crianças privadas de cuidados parentais» dá prioridade ao acolhimento da criança numa família de cidadãos ucranianos: adoção, guarda ou prestação de cuidados, família de acolhimento, orfanato de tipo familiar.

É claramente indicado que uma criança pode ser acolhida em instituições para órfãos e crianças privadas de cuidados parentais, independentemente de qualquer questão de propriedade ou subordinação, se, por algum motivo, a criança não puder ser acolhida por uma família.

GUARDA E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

A guarda e a prestação de cuidados a uma criança são estabelecidas quer por uma decisão da autoridade responsável pela tutela no âmbito do processo em causa, quer por despacho de um tribunal exclusivamente competente para as crianças órfãs e crianças privadas de cuidados parentais (a guarda refere-se às crianças com menos de 14 anos e a prestação de cuidados refere-se às crianças entre os 14 e os 18 anos).

Os titulares da guarda ou cuidadores são nomeados, em primeiro lugar, se os cidadãos formarem uma família e tiverem uma relação de parentesco com a criança.

Os titulares da guarda e cuidadores recebem apoio financeiro do Estado para a subsistência das crianças por eles acolhidas, mas, ao contrário dos pais de acolhimento e dos pais educadores de orfanatos de tipo familiar, não recebem apoio financeiro para si mesmos.

O titular da guarda ou cuidador da criança pode ser uma pessoa adulta capaz que tenha dado o seu consentimento, exceto as pessoas especificadas no artigo 212.º¹ do Código da Família da

¹ **Artigo 212.º** Pessoas não elegíveis para se tornarem pais adotivos:

As seguintes categorias de pessoas não podem adotar uma criança:

- 1) Pessoas com capacidade limitada;
- 2) Pessoas declaradas incapazes;
- 3) Pessoas cujos direitos parentais tenham sido retirados e não tenham sido restabelecidos;
- 4) Pessoas que anteriormente tenham sido pais adotivos (titulares de guarda, cuidadores ou pais de acolhimento) de outra criança, mas cuja adoção (guarda, prestação de cuidados ou acolhimento em família) tenha sido cancelada ou anulada por culpa própria;
- 5) Pessoas inscritas ou tratadas num serviço de tratamento neuropsicológico ou de toxicodependência;
- 6) Pessoas dependentes de drogas ou de álcool;
- 7) Pessoas que não tenham um local de residência permanente e um rendimento estável;
- 8) Pessoas que tenham doenças ou patologias constantes da lista aprovada pela autoridade executiva central responsável pela política de saúde pública;
- 9) Estrangeiros que não sejam casados, exceto se o estrangeiro for familiar da criança;
- 10) Pessoas que tenham sido condenadas por crimes contra a vida e a saúde, a liberdade, a honra e a dignidade, a liberdade sexual e a inviolabilidade sexual de outra pessoa, a segurança pública, a ordem pública e os bons costumes, ou relacionados com a distribuição de drogas, substâncias psicotrópicas e equivalentes, bem como pelos crimes referidos nos artigos 148.º, 150.º, 150.º-1, 164.º, 166.º, 167.º, 169.º, 181.º, 187.º, 324.º e 442.º do Código Penal da Ucrânia, ou cujo registo criminal, por qualquer outro crime, esteja pendente ou não tenha sido devidamente anulado;
- 11) Pessoas que necessitem de apoio e cuidados continuados devido ao seu estado de saúde;
- 12) Apátridas;
- 13) Pessoas casadas com uma pessoa que não possa adotar nos termos dos n.ºs 3 a 6, 8 e 10 do presente artigo.

2. Para além das pessoas referidas no presente artigo, não podem ser pais adotivos outras pessoas cujos interesses sejam contrários aos interesses da criança.

Ucrânia. Além disso, as pessoas cujos interesses sejam contrários aos interesses da criança não podem ser titulares da guarda ou cuidadores de uma criança.

Têm um direito prioritário ao registo da guarda (prestação de cuidados):

- as pessoas que pertençam à família ou tenham relações de parentesco com a criança acolhida (também são tidas em conta as relações pessoais entre elas e a capacidade de a pessoa exercer as funções de titular da guarda ou de cuidador),
- a família junto da qual a criança vivia no momento em que foi suscitada a questão do estabelecimento da guarda (prestação de cuidados).

Ao confiar a uma pessoa a guarda ou os cuidados de uma criança, são tidas em conta as qualidades pessoais dessa pessoa, a sua capacidade para educar a criança, a atitude da criança em relação a essa pessoa, bem como a vontade da criança.

No caso de pessoas que apresentem um pedido ao centro relacionado com a questão de estabelecimento da guarda ou prestação de cuidados a uma criança que resida numa instituição, essas pessoas são encaminhadas para os serviços responsáveis pelas questões de infância e informadas da necessidade de apresentar os documentos previstos no n.º 40 do despacho ou, durante o período de vigência da lei marcial na Ucrânia (apenas para familiares), no n.º 79 do despacho.

A formação sobre os problemas da educação de crianças privadas de cuidados parentais é **a condição indispensável para as pessoas que, não sendo familiares de uma criança, pretendam ainda assim registar a guarda ou a prestação de cuidados a essa criança**. Os familiares de uma criança com quem esta viva e que pretendam assumir a sua guarda (cuidados) não têm de receber essa formação.

Especificidades da guarda e prestação de cuidados como forma de acolhimento de uma criança:

- os titulares da guarda ou cuidadores desempenham as suas funções a título gratuito,
- as crianças privadas de cuidados parentais que são colocadas sob a guarda ou os cuidados de uma pessoa beneficiam de um apoio social do Estado,
- o estabelecimento da guarda ou da prestação de cuidados não suspende o pagamento de subsídios, pensões de alimentos, indemnizações por danos causados pela perda de uma pessoa responsável pela subsistência e outros pagamentos sociais a uma criança ao abrigo da lei,
- as crianças órfãs e as crianças privadas de cuidados parentais sob a guarda ou cuidados de uma pessoa conservam as prestações previstas na lei para esta categoria de crianças,
- as crianças acolhidas podem ser adotadas por outros cidadãos com o consentimento do titular da guarda ou da autoridade responsável pela tutela.

FAMÍLIA DE ACOLHIMENTO

Esta matéria é regulamentada pelo Código da Família da Ucrânia e pela Resolução n.º 565 do Conselho de Ministros da Ucrânia, de 26.4.2002, «que aprova o Estatuto da Família de Acolhimento».

Família de acolhimento — uma família ou uma pessoa solteira que voluntariamente e mediante remuneração, tenha aceitado educar e coabitar com uma a quatro crianças órfãs e crianças privadas de cuidados parentais. Durante o período de vigência da lei marcial na Ucrânia, estas famílias podem acolher crianças que tenham ficado privadas de cuidados parentais sem beneficiarem de assistência financeira para a sua subsistência.

As famílias de acolhimento podem ser pessoas sem deficiência que sejam casadas, com exceção das pessoas especificadas no artigo 212.º do Código da Família da Ucrânia.

Ao decidir da colocação de crianças junto de uma família de acolhimento, são tidos em conta os seguintes elementos:

- idade dos pais de acolhimento e das crianças (quando ambos os pais atingirem a idade da reforma, todas as crianças acolhidas devem ter atingido a idade de abandonar a família de acolhimento). Nalguns casos, com o consentimento das partes, a família de acolhimento pode continuar em funcionamento depois de os pais de acolhimento atingirem a idade da reforma, mas não durante mais de cinco anos,
- o rendimento mensal total médio da família nos seis meses anteriores (não pode ser inferior ao nível de subsistência estabelecido por lei para os grupos sociais e demográficos dos cidadãos em causa),
- os resultados da aprendizagem (as pessoas que tenham manifestado o desejo de se tornarem pais de acolhimento devem necessariamente frequentar uma formação organizada pelos centros regionais dos serviços sociais para famílias, crianças e jovens, com a participação de especialistas em psicologia, pedagogia e medicina).

Etapas da criação de uma família de acolhimento:

- os pais de acolhimento concluem com êxito os cursos preparatórios pertinentes (trata-se de uma condição obrigatória, devendo a formação ocorrer, pelo menos, uma vez de dois em dois anos),
- elaboração de recomendações pelo centro dos serviços sociais para a família, as crianças e os jovens, tendo em conta os resultados das ações de formação,
- elaboração de um parecer, pelos serviços responsáveis pelas questões de infância, sobre a existência das condições necessárias para a criação de uma família de acolhimento,
- decisão da administração pública do distrito (ou comissão executiva do conselho local) sobre a criação de uma família de acolhimento, tendo em conta o pedido e os documentos apresentados,
- celebração de um acordo sobre o acolhimento de crianças numa família de acolhimento para efeitos de educação e coabitação,
- colocação das crianças junto da família de acolhimento.

A decisão sobre a criação de uma família de acolhimento e a colocação de crianças junto de uma família de acolhimento é tomada pela administração pública do distrito ou pela comissão executiva do conselho municipal.

Especificidades das famílias de acolhimento:

- os pais de acolhimento recebem uma remuneração pela educação das crianças por eles acolhidas (ao contrário da guarda/prestação de cuidados): um deles recebe uma contribuição financeira de 35 % do apoio social do Estado por cada criança acolhida,
- os pais de acolhimento acolhem as crianças nas suas próprias habitações, que devem possuir condições sanitárias, de higiene e de vida (ao contrário da colocação de uma criança num orfanato de tipo familiar),

- as crianças órfãs e as crianças privadas de cuidados parentais acolhidas por uma família de acolhimento beneficiam de um apoio social do Estado,
- as crianças órfãs e as crianças privadas de cuidados parentais integradas numa família de acolhimento conservam as prestações e as garantias do Estado previstas na lei para as crianças órfãs e as crianças privadas de cuidados parentais, assim como as pensões de alimentos, os subsídios e outras prestações sociais que lhes estavam anteriormente atribuídas,
- as crianças órfãs e as crianças privadas de cuidados parentais podem ser adotadas por outros cidadãos, mas os pais de acolhimento têm prioridade na sua adoção.

ORFANATO DE TIPO FAMILIAR

Esta matéria é regulamentada pelo Código da Família da Ucrânia e pela Resolução n.º 564 do Conselho de Ministros da Ucrânia, de 26.4.2002, «que aprova o Estatuto do Orfanato de Tipo Familiar».

Orfanato de tipo familiar — família distinta criada voluntariamente por um casal ou por uma pessoa não casada que se encarrega de educar e coabitar com, pelo menos, cinco crianças órfãs ou crianças privadas de cuidados parentais. O número total de crianças órfãs num orfanato de tipo familiar não pode ser superior a dez, incluindo as próprias crianças da pessoa que criou o orfanato. Durante o período de vigência da lei marcial na Ucrânia, estas famílias podem acolher crianças que tenham ficado privadas de cuidados parentais sem beneficiarem de assistência financeira para a sua subsistência.

Pais educadores — casais ou pessoas não casadas que se encarregam de educar e coabitar com, pelo menos, cinco crianças órfãs e crianças privadas de cuidados parentais, e a quem é concedido o estatuto de pais educadores por decisão das autoridades responsáveis pela tutela.

Podem ser pais educadores as pessoas adultas e sem deficiência, com exceção das pessoas especificadas no artigo 212.º do Código da Família da Ucrânia.

O rendimento mensal total médio da família por pessoa nos seis meses anteriores ao mês da apresentação do pedido de criação de um orfanato de tipo familiar não pode ser inferior ao nível de subsistência estabelecido por lei para os grupos sociais e demográficos dos cidadãos em causa.

Etapas da criação de um orfanato de tipo familiar:

- os pais educadores concluem com êxito os cursos preparatórios pertinentes (trata-se de uma condição obrigatória, devendo a formação ocorrer, pelo menos, uma vez de dois em dois anos),
- elaboração de recomendações pelo centro dos serviços sociais para a família, as crianças e os jovens pertinente, tendo em conta os resultados das ações de formação,
- elaboração de um parecer, pelos serviços responsáveis pelas questões de infância, sobre a existência das condições necessárias para a criação de um orfanato de tipo familiar,
- decisão da administração pública do distrito (ou comissão executiva do conselho local) sobre a criação de um orfanato de tipo familiar, tendo em conta o pedido e os documentos apresentados,
- celebração de um acordo sobre a criação de um orfanato de tipo familiar entre os pais educadores e a autoridade que decidiu criá-lo,

- colocação das crianças no orfanato de tipo familiar (o que deve ocorrer no prazo de 12 meses a contar da data da criação, sendo as crianças com laços familiares acolhidas em primeiro lugar, exceto quando não o possam ser por indicação médica).

Ao decidir sobre a colocação das crianças, é tida em conta a idade dos pais educadores e das crianças (no momento em que ambos os pais educadores atinjam a idade da reforma, todas as crianças acolhidas devem estar em idade de abandonar o orfanato de tipo familiar). Nalguns casos, com o consentimento das partes, os orfanatos de tipo familiar podem continuar em funcionamento depois de os pais educadores atingirem a idade da reforma, mas não durante mais de cinco anos,

Especificidades dos orfanatos de tipo familiar:

- os pais educadores acolhem as crianças para educação e coabitação a título oneroso (recebem uma contribuição financeira de 35 % do apoio social do Estado por cada criança acolhida, distribuída em partes iguais com o seu consentimento),
- os pais educadores recebem uma casa ou apartamentos separados de acordo com as normas prescritas na lei,
- cada uma das crianças acolhidas beneficia de um apoio social do Estado,
- as crianças acolhidas conservam as prestações e as garantias do Estado previstas na lei para as crianças órfãs e as crianças privadas de cuidados parentais, assim como as pensões de alimentos, os subsídios e outras prestações sociais que lhes estavam anteriormente atribuídas,
- as crianças órfãs e as crianças privadas de cuidados parentais podem ser adotadas por outros cidadãos, mas os pais educadores de um orfanato de tipo familiar têm prioridade na sua adoção.

Em conformidade com o artigo 31.º da lei da Ucrânia «relativa à salvaguarda das condições organizacionais e jurídicas para a proteção social dos órfãos e das crianças privadas de cuidados parentais», os pais educadores são pessoas que substituem os pais ou os representantes legais das crianças por eles acolhidas e protegem os seus direitos e interesses perante as autoridades públicas, incluindo o poder judicial, enquanto titulares da guarda ou cuidadores sem poderes especiais. Não podem exercer os direitos que lhes são conferidos de forma contrária aos interesses da criança.

A aquisição do estatuto de pais educadores de orfanatos de tipo familiar não pode restringir os direitos civis destas pessoas.

Os pais educadores têm direito a:

- proteger a criança e os seus interesses enquanto titulares da guarda ou cuidadores sem poderes especiais,
- apresentar a um tribunal um pedido para privação dos direitos parentais dos pais de crianças acolhidas,
- requerer a um tribunal a anulação da adoção ou a declaração da sua invalidez relativamente às crianças que com eles tenham coabitado e tenham sido entregues para adoção,
- adotar as crianças que tenham sido colocadas nas suas famílias com vista à sua educação e subsistência,
- participar na apreciação da questão relativa à gestão dos bens da criança pela autoridade responsável pela tutela,

- exigir o regresso de uma criança a qualquer pessoa que a detenha sem que tal tenha por base a lei ou uma decisão judicial,
- exigir que as autoridades responsáveis pela tutela lhes forneçam informações completas sobre a criança e os seus pais, o seu estado de saúde, o nível e as especificidades do seu desenvolvimento,
- determinar de forma independente os métodos de educação da criança, tendo em conta a opinião da criança e as recomendações das autoridades responsáveis pela tutela.

Os pais educadores têm a obrigação de:

- proteger os direitos e interesses das crianças, e ser os seus representantes perante as instituições e organizações,
- criar condições adequadas para o desenvolvimento harmonioso e completo das crianças,
- encarregar-se da saúde, do desenvolvimento físico, mental e moral e da educação das crianças, e prepará-las para o trabalho,
- assegurar a realização de dois exames médicos por ano às crianças por médicos especialistas e seguir as recomendações destes últimos,
- assegurar que as crianças adquirem conhecimentos, acompanhar a educação e o desenvolvimento das crianças nos estabelecimentos de ensino e manter relações com os professores e educadores,
- empenhar-se no desenvolvimento das capacidades das crianças, incluindo a sua participação em atividades em estabelecimentos de ensino extraescolar,
- não impedir a comunicação da criança com os seus próprios pais e promover o regresso da criança em caso de restabelecimento dos direitos parentais, de libertação da prisão e noutros casos, se tal não for contrário aos interesses da criança e não tiver sido proibido por decisão judicial,
- cooperar com a administração pública local, as autoridades autónomas locais e os assistentes sociais, a fim de envolver especialistas na resolução de questões problemáticas,
- informar as autoridades responsáveis pela tutela em caso de condições desfavoráveis relativas à subsistência e à educação das crianças num orfanato de tipo familiar.

APADRINHAMENTO DE CRIANÇAS

O apadrinhamento tem por objetivo assegurar a proteção dos direitos de uma criança que, devido às condições difíceis em que vive, se encontra temporariamente impossibilitada de viver com os seus pais/representantes legais, prestando à criança e à sua família serviços destinados a reintegrá-la na família ou a conceder-lhe o estatuto pertinente necessário para tomar outras decisões, tendo em conta o superior interesse da criança relativamente à salvaguarda do seu direito à educação em família ou em condições o mais próximas possível das de uma família.

Ou seja, o apadrinhamento é uma forma temporária de acolhimento de uma criança a quem, na maior parte dos casos, ainda não foi concedido o estatuto de órfão ou de criança privada de cuidados parentais.

A questão da criação e do funcionamento da família de apadrinhamento é regulada pelo Código da Família da Ucrânia e pelo Despacho relativo à criação e funcionamento da família de apadrinhamento e ao acolhimento e permanência na família de apadrinhamento, aprovada pela Resolução n.º 893 do Conselho de Ministros da Ucrânia, de 20 de agosto de 2021, «relativa a

determinadas questões em matéria de proteção dos direitos das crianças e prestação de serviços de apadrinhamento de uma criança».

A família de apadrinhamento é uma família em que, mediante o consentimento de todos os seus membros, um adulto, que tenha frequentado um curso de formação especial, exerce as funções de pai padrinho a título profissional.

Os pais padrinhos são pessoas que, com a participação dos membros da família, prestam serviços de cuidados, educação e reabilitação a uma criança na sua própria família.

Os pais padrinhos não são os representantes legais das crianças.

INSTITUIÇÕES PARA GRUPOS PEQUENOS

A questão da criação de uma instituição para grupos pequenos é regulada pela Resolução n.º 926 do Conselho de Ministros da Ucrânia, de 31.10.2018, «relativa à aprovação dos regulamentos-tipo das instituições para grupos pequenos».

As instituições para grupos pequenos são instituições de proteção social destinadas ao acolhimento (interno), a longo prazo, de órfãos e crianças privadas de cuidados parentais, incluindo crianças com deficiência, em condições próximas às de uma família, e à sua socialização e preparação para uma vida autónoma, e que facilitam o regresso das crianças à família biológica ou o acolhimento em formas familiares de educação.

Estas instituições prestam serviços que respondem às necessidades da comunidade local, substituindo as instituições e organizações com funções semelhantes, o que acelerará a reforma dos internatos criados na época soviética e garantirá a máxima acessibilidade das crianças aos serviços comunitários.

Numa instituição para grupos pequenos não podem viver mais de dez crianças saudáveis ao mesmo tempo, ou oito crianças com limitações, incluindo crianças com deficiência.

As crianças órfãs e as crianças privadas de cuidados parentais com limitações, incluindo crianças com deficiência, são inscritas em primeiro lugar em instituições para grupos pequenos, exceto as que necessitam de cuidados paliativos.

Na ausência de tais crianças, podem ser colocados em instituições de grupos pequenos outros órfãos e crianças privadas de cuidados parentais com idades compreendidas entre os dez e os dezoito anos.

A fim de preservar os laços familiares, podem ser acolhidas em instituições para grupos pequenos as crianças com idades compreendidas entre os três e os nove anos com irmãos mais velhos, bem como crianças privadas de cuidados parentais cujos irmãos se encontrem numa instituição para grupos pequenos.

Um dos objetivos de uma instituição para grupos pequenos consiste em assegurar a educação da criança no estabelecimento de ensino pré-escolar e no estabelecimento de ensino secundário geral mais próximo do local de residência da criança, garantindo inclusivamente o direito das crianças com necessidades educativas especiais a uma educação e serviços educativos inclusivos, de acordo com o programa de desenvolvimento individual.

A criação de instituições para grupos pequenos reforça o papel e a responsabilidade das autoridades executivas locais e das autoridades autónomas locais pela situação das crianças e das famílias com crianças.

O apoio público à subsistência das crianças em instituições para grupos pequenos equivale ao nível de subsistência 2,5 para as crianças da idade em causa e ao nível 3,5 para as crianças com deficiência da idade em causa.